Manutenção da greve sanitária na educação de Ouro Preto é definida em Assembleia



Por Assessoria de Imprensa Sindsfop

Os servidores municipais da educação decidiram em assembleia ocorrida no 09 de setembro, na sede do Sindsfop, manter a greve sanitária e formar uma comissão para discutirem juntamente com município as condições e exigência que devem ser cumpridas para encerramento da paralisação. No encontro também foram definidos parâmetros para o retorno seguro às aulas presenciais. Mesmo com a greve, a categoria mantém as aulas de maneira remota, como já vem ocorrendo desde outubro de 2020.

O Sindsfop também se reuniu, no dia 10 de setembro, com o Ministério Público de Ouro Preto para esclarecimentos sobre a greve contra o retorno das aulas presenciais no município. Na reunião solicitada pelo órgão, os promotores Thiago Correia Afonso e Flávio Jordão Hamachet ouviram todas as reivindicações apresentadas pela Comissão de Negociação e pela direção do sindicato, mostrando-se solidários especialmente aos problemas de infraestrutura das escolas e creches municipais relatados pelos servidores da educação.

Os promotores afirmaram, ainda, que não é interesse do Ministério Público impor ou exigir um retorno presencial neste momento e nem tomar qualquer medida legal contra o movimento, mas sim, dialogar e contribuir para a solução dos problemas apresentados e para o atendimento das demandas dos servidores.

A decisão pela manutenção da greve, definida na assembleia, considera o fato de grande parte da comunidade escolar ainda não ter recebido a segunda dose da vacina contra a Covid-19, ou seja, ainda não possuir a imunidade necessária para um retorno das atividades escolares com segurança. Além das escolas não possuírem infraestrutura adequada para as aulas presenciais neste momento da pandemia.

Os servidores presentes na assembleia entendem que, mesmo com todos os protocolos de saúde e segurança vigentes, as escolas podem se tornar um foco da transmissão e o risco de propagação da doença pode ir além da comunidade escolar, atingindo também os familiares dos educadores e alunos. Por isso, colocam como exigência a reforma e adequação de escolas e creches, para que estás tenham condições de receber os estudantes e os trabalhadores com segurança.

A comissão instituída no encontro, composta pela diretoria do sindicato, sua assessoria jurídica e as servidoras Janaína Andrade Ferreira e Penna e Ana Lúcia dos Anjos, trabalhará juntamente com município para definir a forma mais adequada de encerramento da greve.

A greve sanitária durará até que as condições de segurança sanitárias necessárias ao retorno das aulas presenciais sejam cumpridas. Para isso, além da melhoria na infraestrutura das escolas e creches, foram definidos alguns parâmetros como: vacinação de 100% dos profissionais da educação com duas doses; vacinação de 100% da população acima de 18 anos com a 1ª dose e 70% vacinada

com as duas doses; município encontrar-se na Onda Verde do programa Minas Consciente; aumento dos horários das linhas de ônibus e do número de veículos em circulação, para diminuir a superlotação; testagem para todos profissionais da educação e alunos com suspeita de Covid-19; diminuição de alunos por sala; disponibilização de EPI's para profissionais e alunos; distanciamento entre carteiras e ações para evitar aglomerações.

Todas as informações sobre a manutenção da greve sanitária da educação municipal podem ser conferidas no ofício do Sindsfop encaminhado à Prefeitura Municipal e ao Ministério Público.

https://mail.real.fm.br/noticia/1542/manutencao-da-greve-sanitaria-na-educacao-de-ouro-preto-e-definida-em-assembleia em 07/11/2026 17:05